

70 spinformação



**ó meu rico s. joão, não queres um
contrato, pois não?**

Segue-se concentração em Lisboa, dia 18 de junho

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA: PETIÇÃO ULTRAPASSOU AS 30.000 ASSINATURAS



A petição em defesa da Escola Pública ultrapassou largamente as 30 mil subscrições. Entretanto, vários peticionários e organizações decidiram promover uma concentração nacional para exigir publicamente uma Educação Pública de qualidade que garanta a igualdade de oportunidades para todos – 18 de junho, às 14h30, no Parque Eduardo VII.

Recorde-se que a Constituição impõe ao Estado a obrigação de promover uma rede de estabelecimentos públicos que satisfaça as necessidades de toda a população. Contudo, as dificuldades em garantir essa resposta levaram o Estado a assinar contratos de associação com o setor privado para o cumprimento do preceito constitucional em áreas onde a oferta pública era inexistente ou insuficiente. No entanto, ao longo dos anos, o número de contratos celebrados revelar-se-ia claramente excessivo face às necessidades, verificando-se frequentes situações de desrespeito dos termos contratuais, particularmente nos limites das áreas geográficas atribuídas.

Reconhecendo que, no essencial, a Escola Pública tem cumprido a sua missão, constituindo uma resposta educativa de qualidade e para todos, os subscritores defendem o investimento na Escola Pública e o financiamento a privados apenas se a resposta pública for inexistente ou insuficiente.

spninformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Capa (ilustração)** Alberto Péssimo **Fotografia** Henrique Borges · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** nº 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

DE TODOS E PARA TODOS

[editorial]

Desde o anúncio de que não seria autorizada a abertura de turmas de início de ciclo ao abrigo de contratos de associação em áreas onde existe oferta pública, o debate sobre o financiamento público do ensino privado está na ordem do dia.

O ensino privado tem o seu lugar e é legítimo que concorra, na captação de alunos, com o setor público. Mas, tal como consagra a Constituição da República e a própria Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, o financiamento do Estado só se justifica em situações de carência de oferta pública. Devido à evolução demográfica e ao crescimento da rede pública, a necessidade dos contratos de associação para suprir essa carência foi diminuindo com o passar dos anos. Apesar disso, esta modalidade de contratualização acabou por se transformar numa forma de financiamento permanente, consubstanciando mais uma situação de captura do Estado por interesses privados.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foram alertando para este problema e para o seu agravamento, num contexto em que cortes sucessivos no financiamento da Escola Pública levaram à deterioração das condições de ensino e de aprendizagem e à eliminação de dezenas de milhares de postos de trabalho.

É compreensível que as mudanças que se perspetivam sejam recebidas com preocupação pelas comunidades escolares afetadas e, sobretudo, pelos docentes que receiam perder o seu emprego. O SPN acompanhará a situação e garantirá aos seus associados o apoio jurídico necessário, admitindo recorrer ao Tribunal de Trabalho caso se verifique que as entidades empregadoras estão a aproveitar a situação para provocar despedimentos ilegais ou a desrespeitar direitos constituídos.

Ao mesmo tempo, continuaremos a exigir horários de trabalho iguais nos setores público e privado, de forma a reverter o aumento da carga letiva imposto em 2015 aos docentes do Ensino Particular e Cooperativo, medida que, só por si, tornou dispensável um em cada cinco professores.

Mas a dimensão da contestação à decisão do Governo não se deve apenas ao impacto que terá nos colégios com contratos de associação. Há que ter em conta outras modalidades que também são financiadas pelo Estado – contratos simples de apoio à família, de patrocínio, de desenvolvimento e de cooperação – e que o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo foi alterado em 2013, para “permitir progressivamente o acesso das famílias às escolas particulares e cooperativas, através da celebração de contratos e da concessão de apoios financeiros, em condições idênticas às das escolas públicas”. Ou seja, o que verdadeiramente está em causa, e justifica a forte mobilização do setor privado e toda a mediatização daí decorrente, é que a fiscalização e moralização dos contratos de associação é um sinal de sentido contrário ao das políticas prosseguidas nos últimos quatro anos, que visavam o favorecimento do mercado da educação e o aprofundamento de lógicas de privatização, nomeadamente através da implementação do cheque-ensino.

Por isso encontramos no debate em curso tantas referências à liberdade de escolha (propósito que não se enquadra nos contratos de associação), que, segundo alguns, o Estado deveria financiar para libertar os portugueses da fatalidade de terem de frequentar uma escola pública “manifestamente pior” do que um qualquer colégio, com ou sem contrato de associação...

O abaixo-assinado/petição em defesa da Escola Pública lançado por 100 personalidades, a que se junta agora a convocação de uma concentração para o dia 18, em Lisboa, são iniciativas que o SPN saúda porque vêm ao encontro do que vem defendendo – a necessidade de uma ampla mobilização social em torno da defesa da Educação Pública.

O dinheiro dos nossos impostos deve servir para reforçar a qualidade de todas e de cada uma das escolas públicas, promovendo a igualdade de oportunidades. Não pode servir para alimentar interesses privados nem para favorecer lógicas de mercado, que têm no acentuar das diferenças a sua razão de ser.

Por isso, no dia 18, estaremos no Parque Eduardo VII, a afirmar a Escola Pública – uma escola de todas as cores – como um dos pilares fundamentais de uma sociedade democrática.



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO E MOBILIDADE POR DOENÇA



A negociação destas duas importantes matérias começou no dia 3 de maio, perspectivando o Ministério da Educação (ME) a realização de uma segunda e última ronda negocial para uma semana depois. Contudo, segundo o próprio ME, a complexidade das matérias e o elevado número de propostas recebidas dos sindicatos, de alteração aos projetos iniciais, levou a que a essa segunda ronda tivesse sido adiada para o dia 23 (no caso da Fenprof).

E foi muito positivo esse adiamento, porque o tempo decorrido decerto permitiu aos responsáveis do ME e à sua equipa negocial refletir bastante sobre os contributos recebidos e alterar de forma substantiva as suas propostas – sobretudo no caso da mobilidade por doença, em que apresentou uma versão radicalmente diferente da inicial.

Mobilidade por doença. A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) partiu para a negociação desta matéria determinada a defender um processo simultaneamente transparente e confiável, mas que fosse também justo, quer no tratamento das situações abrangidas, quer assegurando que a autorização dos pedidos de mobilidade por doença não poria em causa a colocação por concurso de outros docentes.

Ora, o primeiro projeto do ME não podia deixar de ser considerado muitíssimo negativo, pela Fenprof como pelos professores, designa-

damente por prever uma quota máxima de cinco docentes a poderem ser deslocados para cada escola/agrupamento e, concomitantemente, o estabelecimento de prioridades e o uso da graduação profissional para ordenação dos candidatos, que teriam também de indicar um mínimo de três códigos de escola/agrupamento.

Felizmente, o bom senso imperou na 5 de Outubro e a segunda versão do projeto deixou cair aquelas propostas, que, na prática, de tão gravosas, poriam mesmo em causa a própria hipótese de mobilidade de quem necessita de tratamento ou acompanhamento médico permanente. Além disso, o ME tornou também clara a possibilidade de docentes de todos os quadros poderem beneficiar desta mobilidade.

Igualmente muito importante foi a informação de que as colocações do concurso de mobilidade interna serão conhecidas antes da autorização dos pedidos de mobilidade por doença, o que se saúda, pois assim não serão retirados daquele concurso quaisquer horários apurados nos agrupamentos/escolas não agrupadas.

Satisfeitas as principais reivindicações apresentadas, a Fenprof não deixou, ainda assim, de se bater pelo reforço das medidas de verificação das situações de doença, que devem abranger todos os docentes que não sejam portadores de certificado multiusos de incapacidade, tendo reiterado propostas como a submissão a junta médica de todos os pedidos de mobilidade apresentados ou a análise dos relatórios médicos pelo delegado de saúde.

O duplo processo negocial permitiu várias melhorias, tanto por referência à legislação em vigor, como relativamente às primeiras versões dos projetos apresentados. O que não nos impede de assinalar aspetos menos positivos, ou mesmo negativos, em relação aos quais nos continuaremos a bater por melhores soluções.

Organização do ano letivo. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reconhece como positivo, desde logo, o facto de esta matéria ter sido objeto de negociação, algo que não aconteceu em anos anteriores.

Também se regista positivamente a simplificação da fórmula de cálculo para o crédito horário, que entra em consideração com o número total de turmas existentes, independentemente da natureza do curso, bem como a eliminação de critérios perversos como os chamados índices de eficiência, que acabavam por ser discriminatórios para muitas escolas.

Fica também muito claro que o tempo de deslocação entre estabelecimentos, no mesmo dia, será sempre considerado no horário dos professores, no âmbito da componente não letiva de estabelecimento, e sem pôr em causa a duração integral da pausa para almoço. Relativamente ao 1º Ciclo, regista-se como positivo o facto de, no próximo ano letivo, não ser permitida a inclusão de AEC entre atividades letivas, o que corresponde a uma exigência de sempre da Fenprof. De valorizar, ainda, o respeito pelo caráter globalizante deste nível de ensino, pois a situação que se vivia em muitas escolas – afastamento dos titulares das turmas nos momentos de coadjuvação, permuta forçada entre disciplinas ou limitação dos titulares de turma a apenas algumas áreas – traduzia-se, muitas vezes, em abusos vários e na desregulação dos horários de trabalho.

Do mesmo modo se vê como benéfica a atribuição de, pelo menos, duas horas, provenientes do crédito horário, para o exercício da função de diretor de turma, sendo assim inequívoco que essa função implica a redução de duas horas da componente letiva, algo que nem sempre sucedia nos últimos anos – o SPN e a Fenprof defendem, no entanto, que a fórmula para calcular o crédito horário globalmente atribuído ao agrupamento deve manter, autonomamente, duas horas por turma para o exercício da função, não prejudicando dessa forma aquele crédito.

Também não pode deixar de se considerar como muito positiva a criação de um crédito específico para o exercício da função de ‘professor tutor’, que acompanhará alunos com problemas de insucesso – situação que substituirá com clara vantagem o encaminhamento precoce de alunos para cursos impropriamente chamados ‘vocacionais’, que mais não eram do que vias de segregação efetiva de crianças e jovens, no que consideramos uma das mais infelizes do extenso rol de péssimas medidas impostas pelo ex-ministro Nuno Crato.

Ainda positiva, a novidade da atribuição de um tempo a professores para apoio a colegas cegos.

A rever. Entre os aspetos negativos do projeto do ME, ou em que este fica aquém do desejável, temos de salientar a falta de clareza na distinção entre componente letiva e não letiva de estabelecimento, sendo sabido que o SPN e a Fenprof desde há muito se batem por que seja considerado como letivo todo o trabalho direto com alunos. Mas, até neste aspeto, reconhecemos que o ME, ao referir expressamente que os apoios individuais a alunos se inserem na componente de estabelecimento, deixa implícito, mas de facto bem claro, que os apoios a grupos de alunos terão de fazer parte da componente letiva, como sempre temos afirmado.

Negativa é também a manutenção dos intervalos no 1º Ciclo do Ensino Básico fora da componente letiva, embora, conforme ficou registado em ata da primeira reunião, o ME, argumentando que tal resulta da matriz curricular estabelecida, tenha garantido que, no âmbito da alteração dessa matriz, os intervalos voltarão a integrar a componente letiva. Ainda assim, a Fenprof propôs que, já no próximo ano letivo, sempre que as opções de cada agrupamento relativamente à matriz o permitirem, o intervalo seja considerado no âmbito da componente letiva. É também vista como muito insuficiente a possibilidade de dispensa de titularidade de turma apenas a coordenadores de estabelecimentos do 1º Ciclo com mais de 250 alunos, o que significa que, mesmo em escolas com oito, dez ou mais turmas, essa dispensa será uma raríssima exceção e não a regra. Negativa é, ainda, a manutenção da prática ilegal que consiste na criação de um ‘banco de horas’ para utilização de minutos remanescentes do horário de trabalho semanal, nos casos em que os tempos letivos sejam de 45/90 minutos, e não de 50.

Resumindo... Globalmente, a Fenprof considera que este duplo processo negocial permitiu várias melhorias, tanto por referência à legislação ainda em vigor, como relativamente às primeiras versões dos projetos apresentados. O que não nos impediu de assinalar aspetos menos positivos ou mesmo negativos, que serão registados em ata, e em relação aos quais nos continuaremos a bater por melhores soluções.

Aliás, numa última tentativa de que, na legislação a publicar, possam ser revertidos alguns destes aspetos mais negativos dos projetos, a Fenprof deixou algumas propostas concretas, de que destacamos duas:

- garantia de que nenhuma escola/agrupamento perderá horas de crédito relativamente ao corrente ano: nos casos em que se verificar diminuição, pela aplicação das novas regras, o crédito deve ser aumentado até esse limite;
- aplicação aos docentes do Ensino Particular e Cooperativo – desde logo aos dos estabelecimentos com contratos de associação – das mesmas normas de organização de horários, quer quanto à duração das diferentes componentes, quer quanto ao seu conteúdo funcional.

URGE REVER O REGIME DE AUTONOMIA E GESTÃO DAS ESCOLAS

A gestão democrática esteve sempre na agenda reivindicativa do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) porque as questões relativas à direção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior importância para a vida das escolas, pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o próprio clima de escola. O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. As crianças e os jovens são socializados para os valores da democracia, da cidadania, da participação ou não, através da vivência numa organização onde estão cada vez mais anos da sua vida. A democratização do governo da escola deve, por isso, ser defendida, não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

As alterações introduzidas nesta área a partir de 2008 representam um novo paradigma na gestão escolar – que alguns autores designam como pós democracia gestonária – e um retrocesso no funcionamento democrático da Escola Pública. Retrocesso consubstanciado, entre outros aspetos, na concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, no abandono de práticas democráticas colegiais, no quase desaparecimento de processos eleitorais e na limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa.

Algumas das distorções do modelo atual ficaram, de resto, patentes no recente processo de delegação de competências para as autarquias, ao abrigo do Programa Aproximar Educação (PAE). Um processo em que os professores foram totalmente colocados à margem e em que os diretores foram os principais interlocutores das autarquias – em detrimento dos conselhos gerais, que supostamente teriam de dar parecer positivo, mas cuja posição foi ignorada sempre que da votação resultava a rejeição do modelo.

Debate público. Sete anos passados sobre a entrada em vigor do decreto-lei 75/2008, o impacto negativo do atual modelo é cada vez mais sentido nas escolas, sendo frequentes situações de abusos de poder que levam a um crescente sentimento de insegurança e de medo. A situação só não é mais grave porque as características pessoais de alguns diretores ainda vão conseguindo contrariar a natureza do modelo e as práticas que favorece.

Neste contexto, a Fenprof pretende dar início a um processo de debate público que coloque na agenda política a necessidade de rever o atual regime de direção e gestão das escolas, numa perspetiva coerente que englobe também a rede escolar, a descentralização da administração educativa e a autonomia das escolas. Neste sentido, há três grandes questões a considerar nas mudanças que é preciso operar:

- a importância de revitalizar o potencial da gestão democrática na organização escolar, garantindo a elegibilidade dos órgãos, a colegialidade do seu funcionamento e a participação dos representantes da comunidade escolar na tomada de decisão;
- a urgência de suspender a *municipalização* da Educação, contrapondo-lhe um outro caminho de efetiva descentralização de competências, quer para o Conselho Local de Educação, quer para as escolas;
- a necessidade de reverter o processo de criação de (mega)agrupamentos de escolas, pondo fim a unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica.

As propostas da Fenprof para a direção e gestão democráticas das escolas estão disponíveis para consulta em www.fenprof.pt. Dessas propostas, sublinham-se dois aspetos: descentralizar é transferir poderes de decisão; a Fenprof defende a descentralização de competências do nível central para o nível local e para as escolas, e a estes dois níveis, para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária.

Que competências e que órgãos são esses?

Nível local. A Fenprof defende há muitos anos a criação de conselhos locais de educação (CLE), enquanto órgãos de administração educativa a nível local, essencialmente vocacionados para a coordenação educativa, a conjugação de esforços e a partilha de responsabilidades, com competências em áreas como a organização da rede escolar e da rede de transportes escolares, a definição da oferta educativa e das áreas vocacionais a adotar no Ensino Secundário; a adoção de componentes curriculares locais ou o apoio e promoção de atividades de ocupação de tempos livres e extracurriculares.

Os CLE que defendemos são estruturas de representação ampla e de grande pluralidade de interesses, onde os municípios têm um papel importante, mas não determinante – por isso se distanciam dos atuais conselhos municipais de educação e este processo de descentralização se afasta da municipalização da Educação. Os CLE não são órgãos de tutela das escolas – são instâncias privilegiadas de territorialização das políticas educativas nacionais e, também, espaços de encontro das escolas de uma determinada área, que aí devem poder articular e potenciar projetos educativos que, autonomamente, cada uma concebe, desenvolve e avalia.

Nível de escola. A Fenprof propõe a existência de três órgãos distintos: Conselho de Direção, Conselho de Gestão e Conselho Administrativo.

O Conselho de Direção, através do seu plenário, deve assumir poderes no domínio das decisões de política educativa e de orientação pedagógica e ser composto por professores, pais/encarregados de educação, pessoal não docente e alunos (Ensino Secundário). Todos os outros representantes que hoje estão nos conselhos gerais deverão passar para os CLE. Este Conselho funcionará em plenário e por secções, sendo uma delas (Pedagógico-Científica) constituída exclusivamente por



professores e educadores, com competências no domínio da direção pedagógica – é, por assim dizer, um conselho pedagógico, mas com efetivos poderes de direção. O órgão de gestão deve ser colegial e eleito, mediante apresentação de listas, por todo o pessoal docente e não docente e por representantes dos pais/encarregados de educação e dos alunos (Ensino Secundário).

Competências das escolas. A Fenprof entende que, paralelamente às competências que deverão ser transferidas para o nível local, deve competir às escolas:

- tomar decisões curriculares, tendo em conta os contextos sociais, culturais e económicos e a sua adequação ao nível pedagógico e administrativo (sem pôr em causa o currículo nuclear nacional);
- definir o seu modelo de organização, com vista ao desenvolvimento dos respetivos projetos educativos e dos processos de ensino-aprendizagem, de modo a que estes promovam a consecução dos objetivos gerais e específicos aprovados pelas escolas;
- definir a composição e as competências das estruturas de gestão intermédia;
- decidir sobre a organização dos espaços, tempos e números de alunos por turma;
- definir e gerir os créditos horários destinados ao desenvolvimento de projetos e ao desempenho de cargos, incentivando a colegialidade e a cooperação;
- elaborar regras internas de funcionamento, assumindo o Regulamento Interno como um instrumento ao serviço das opções expressas no Projeto Educativo de Escola.

Ao contrário, a Fenprof defende que a autonomia das escolas não deve contemplar, entre outras coisas:

- a contratação de docentes – a situação de enorme instabilidade a que ainda estão sujeitos milhares de docentes ver-se-ia agravada num contexto de arbitrariedade e falta de transparência e equidade;
- a livre seleção dos alunos – o Estado tem a obrigação, constitucionalmente consagrada, de organizar uma rede pública de Educação que permita aos alunos frequentarem uma escola próxima da sua residência; se isso não for garantido, é o próprio direito à educação que é posto em causa.

Ou seja, as escolas precisam de autonomia para poderem responder de forma diversa e contextualizada aos problemas com que as comunidades locais se con-

frontam, mas num quadro em que o Estado assume o papel regulador e estruturador do sistema público (nacional) de educação e ensino.

Discutir a autonomia. Importa, no entanto, clarificar o conceito de autonomia, porque esta não é uma questão técnica, mas essencialmente política. Por isso, as medidas de reforço da autonomia podem assumir diferentes objetivos e modalidades de concretização, em função das perspetivas políticas que as sustentam. São estas perspetivas que têm de ser discutidas no quadro de um projeto político nacional e dos princípios fundadores da Escola Pública como um bem comum: universalidade do acesso, igualdade de oportunidades e promoção do sucesso educativo de todos.

No seu 12º congresso, em abril, a Fenprof lançou um desafio aos professores: que façam do final do ano letivo um tempo de debate das suas propostas para a administração e gestão do sistema educativo e das escolas, que contribuam para o seu aperfeiçoamento e se mobilizem para as defender junto do Governo, mas também da Assembleia da República, onde hoje existe um contexto político, em princípio, mais favorável às reivindicações dos professores.

Para apoiar esse debate, foi editado um desdobrável com uma síntese dessas propostas e elaborado um inquérito que se pretende seja respondido pelo maior número possível de professores. Apela-se, pois, aos professores do Norte para que se empenhem nesta mobilização e se envolvam com o SPN na dinamização desse debate.

SOBRE ESCOLA A TEMPO INTEIRO EM TODO O ENSINO BÁSICO

Trata-se não tanto de saber se os professores devem substituir as famílias na função educativa, mas se as escolas não poderão assumir-se como espaços educativos mais amplos e diversos. Defende-se que as escolas se constituam como centros locais de educação básica.

1. A possibilidade de alargamento do projeto *Escola a Tempo Inteiro* (ETI) ao 2º e ao 3º ciclos do Ensino Básico tem sido fonte de um debate inconsequente na imprensa e nas redes sociais e, infelizmente, tem primado pelo excesso de ruído. Dada a importância do que está em jogo, importa transitar para um registo mais rigoroso, honesto e responsável.

Que importância tem afirmar como Isabel Stilwell que não pretende que António Costa seja o pai dos seus netos? Para que servem opiniões tão bem intencionadas quanto voláteis sobre a necessidade de pais e mães terem mais tempo para estar com os filhos? Em que se fundamenta a ideia de que com o alargamento se proletariza o trabalho dos professores? Este é o tipo de debate que não interessa a ninguém, porque desvia a atenção do tema em questão, o qual passa por saber não tanto se os professores devem substituir as famílias nas suas funções educativas, mas se as escolas não poderão assumir-se como espaços educativos mais amplos e diversos. Sabemos que o malfadado projeto da ETI é, em larga medida, um dos obstáculos que contribui para impedir a reflexão sobre outras possibilidades de as escolas se afirmarem como espaços de educação não confinados às exigências e constrangimentos da dita educação formal. Não nos custa reconhecer, bem pelo contrário, que o projeto implementado por Maria de Lurdes Rodrigues tanto enferma de equívocos conceituais graves como foi conduzido de forma desastrosa e voluntarista. Daí defendermos que a atual equipa ministerial deverá refletir seriamente sobre o mesmo, para discutir se as crianças e jovens precisam de mais escola ou, além de melhor escola, de serem envolvidos em iniciativas que lhes permitam usufruir de outras experiências e vivências educativas que, podendo acontecer nas escolas, não se regem pela racionalidade pedagógica que caracteriza e anima o trabalho escolar propriamente dito.

2. Há já alguns anos, inspirados em Lemos Pires, defendemos que as escolas se deveriam constituir como *centros locais de educação básica*, onde os projetos de formação se concretizariam através de dois tipos de valências: da educação escolar e da animação dos tempos livres [«*Escola a Tempo Inteiro: escola para que te quero?*». *Profedições*, 2007].

Como sabemos, essa não foi a lógica que presidiu ao projeto ETI, que se limitou a alargar o tempo de escolarização da vida das crianças. Daí que pensemos ser necessário encontrar outra designação para esse projeto, que corresponda aos objetivos de uma ação educativa que, nas escolas, permita aos alunos, no tempo de *Educação Escolar*, a oportunidade de usufruírem e se apropriarem do património de informações, instrumentos e procedimentos que, por se encontrarem culturalmente validados, se entendem como necessários, enquanto no tempo denominado *Atividades de Tempos Livres*, os objetivos se caracterizam, sobretudo, por tentar proporcionar aos alunos experiências e vivências pessoais e sociais gratificantes, que lhes permitam desenvolver-se e afirmar-se como pessoas no seio da comunidade que lhes serve de suporte e de referência. Como se constata, não é de ETI que falamos, mas de um outro projeto que, podendo ocorrer no seio dos espaços escolares, se constrói em função de dois tipos distintos de iniciativas: o projeto de educação formal, da responsabilidade dos professores, e o projeto de educação não formal, que terá de se definir como projeto de animação sociocultural – que, por isso, deverá ser implementado por animadores ou por docentes que desejem e tenham competências para assumir tal função.

3. Nas escolas portuguesas, o projeto da *Escola Cultural* ou as atividades desenvolvidas a partir das oficinas e dos clubes escolares poderão ser vistos como referências desse tipo de ações educativas. De igual modo, iniciativas como aqueles que os escuteiros ou as associações culturais, recreativas e desportivas dinamizam constituem exemplos do potencial formativo dessas organizações e – porque não? – de parcerias que se podem dinamizar para concretizar atividades relacionadas com a valência de *Animação dos Tempos Livres*. Comparando com o projeto da ETI, estas atividades não poderão ser vistas como atividades de enriquecimento curricular, não devendo ser entendidas, também e por isso mesmo, como atividades subordinadas quer ao trabalho que se desenvolve nas salas de aula, quer à lógica epistemológica que justifica a existência de disciplinas estanques. Trata-se de um trabalho que, preferencialmente, deverá desenvolver-se em função de projetos cuja finalidade maior consiste



em conduzir os sujeitos envolvidos na construção de um produto para partilhar, o qual é fruto da cooperação entre esses sujeitos, constituindo-se como resposta a um problema, a uma necessidade ou a um desejo.

Também ao contrário do projeto ETI, estamos perante uma proposta que não poderá concretizar-se em função de uma lógica burocrática que uniformize as iniciativas. Estas terão de ter em conta as características dos territórios onde se localizam e os recursos disponíveis. Daí que o tempo da sua implementação deva ser contextualizado e localmente regulado, podendo ser, por isso, projetos contratualizados com o poder central, ainda que não seja a este que deva competir o governo dos mesmos.

4. A partir dos pressupostos enunciados, através dos quais se visa contribuir para que as escolas se afirmem como *centros locais de educação básica*, deixam de fazer sentido as críticas que se têm ouvido acerca da proletarianização da atividade docente ou da hiperescolarização da vida dos alunos.

Admite-se que aqueles que tenham de optar por um tal projeto, ou o queiram fazer, irão passar mais tempo nas escolas, mas não necessariamente em atividades de natureza escolar. A estes, o que se oferece é um conjunto de oportunidades educativas de que, de outro modo, não poderiam usufruir.

É este projeto que importa debater quanto aos seus fundamentos, recursos e possibilidades de operacionalização, até porque a sua importância não é contraditória com a necessidade de reivindicar a possibilidade de as famílias usufruírem de mais tempo de lazer em comum, nem a impede.

Quanto ao contributo dos professores, importa reconhecer que poderão participar no referido projeto já não como ponto de passagem indesejável nas suas carreiras, tal como parece ocorrer no projeto da ETI, mas como opção a assumir de forma deliberada e competente.

Ariana Cosme e Rui Trindade
direção SPN





Fotos Jorge Caria

O 12º Congresso Nacional dos Professores realizou-se nos dias 29 e 30 de abril, no Seminário de Vilar (Porto). O congresso é o órgão máximo da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e é constituído por delegados eleitos nos sete sindicatos filiados (SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA e SPE), por inerência de funções (membros do Conselho Nacional cessante) e por designação. Estavam inscritos 637, sendo 152 do Sindicato dos Professores do Norte. Compreensivelmente, para assegurar o êxito de uma iniciativa desta magnitude, que se realiza estatutariamente de três em três anos, é necessária uma grande mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais. A organização foi atribuída a uma comissão composta por 12 elementos, dirigentes e funcionários da Fenprof e dos sindicatos. A primeira reunião preparatória realizou-se no dia 23 de outubro.

Logística. Na instalação e funcionamento do congresso participaram mais de 50 funcionários e colaboradores da Fenprof e dos sindicatos, os quais foram preponderantes no êxito desta iniciativa. Também dezenas de dirigentes deram um contributo direto nesta organização. Em termos logísticos, os delegados (607) e os convidados internacionais (64) foram distribuídos por seis unidades hoteleiras, ocupando um total de 363 quartos; para o fornecimento de refeições, foram contactados e sugeridos 25 estabelecimentos de restauração próximos do seminário.

Folhas de papel, foram utilizadas mais de 100.000...

Enfim, alguns dados que demonstram a capacidade de organização e mobilização da Fenprof e dos seus sindicatos, nomeadamente do Sindicato dos Professores do Norte.

CONVIDADOS. Foi atingido o maior número de convidados presentes em iniciativas da Fenprof. Estiveram representadas 43 organizações, de 26 países de diversas regiões do mundo. A nível nacional, a representação também foi em número significativo, com 93 presenças de 40 organizações.

DELEGADOS. Os 607 delegados (151 do SPN) estavam assim distribuídos: Educação Pré-Escolar, 61 (12); 1ºCEB, 109 (21); 2º/3ºCEB e Secundário, 281 (80); Educação Especial, 33 (5); Ensino Superior e Investigação, 23 (5); Ensino Particular, 28 (7); das IPSS/Misericórdias, 7 (1); aposentados, 61 (18); desempregados, 4 (2). Dos delegados presentes, 362 (60%) eram do sexo feminino e 245 (40%) do sexo masculino. A idade média era 52 anos, sendo que o mais jovem tinha 29 (do SPGL) e a menos jovem 84 (do SPN). No que ao SPN diz respeito, dos 151 delegados presentes, 80 (53%) eram do sexo feminino e 71 (47%) do sexo masculino, variando as idades entre os 32 e os 84 anos (média de 54 anos).



O 1ºCEB VISTO DE GAIA

Algumas ideias e propostas resultantes dos contactos do SPN com os professores do concelho de Gaia:

- **primeira matrícula** – é generalizado o sentimento de que a transição da Educação Pré-Escolar para o 1º Ciclo está a ser prematura; os chamados ‘alunos condicionais’ não deveriam ser matriculados sem, pelo menos, o parecer positivo do grupo da Educação Pré-Escolar;
- **anos de escolaridade por turma** – sempre que possível, deve ser considerada a gestão de turmas por agrupamento, e não por unidade, eliminando as que tenham mais de um ano de escolaridade;
- **retenção no 1º ano** – a aquisição de competências como a leitura e a escrita exigem uma maturidade que muitas crianças ainda não têm; excecionalmente, mediante parecer fundamentado do Conselho de Docentes, a retenção no 1º ano deveria ser possível;
- **currículo** – revisão urgente dos programas, demasiado extensos em especial no 3º ano, e extinção das metas curriculares;
- **calendário escolar** – a duração dos trimestres deverá ser semelhante;
- **horário de trabalho** – o tempo de intervalo dos alunos deve ser reintegrado na componente letiva, que deve ser reduzida em função da idade dos docentes;
- **regime de docência** – prevalecendo a opção pela monodocência, sugere-se equacionar a intervenção de outros docentes, nomeadamente das expressões; no 1º ano, deveria ser equacionada urgentemente a introdução de um docente coadjuvante em todas as turmas;
- **funcionalização da profissão** – os docentes do 1º Ciclo estão sujeitos a uma carga burocrática infinita, que perturba efetivamente a componente letiva; exige-se a regulação do conteúdo funcional da profissão;
- **outros técnicos** – unanimidade na exigência de técnicos da área social para trabalhar em contexto escolar e fazer a ponte com as famílias;
- **gestão** – na generalidade dos órgãos de gestão não há representação significativa do 1º Ciclo, que muitas vezes reúne a maior percentagem da população discente; deveria ser regulamentada uma maior participação do setor na gestão dos agrupamentos.

Maria José Costa
delegada SPN

Da parte da Fenprof, as posições são claras; os princípios são os de sempre; a disponibilidade negocial mantém-se inalterada; a importância dada à apresentação de propostas sobre todos os assuntos que respeitam à Educação continua a ser muito elevada; a importância atribuída à participação, ação e luta dos professores, educadores e investigadores, e dos trabalhadores em geral, não se reduz.

[Programa de Ação da Fenprof (cap. 1), aprovado por unanimidade]



1º CICLO: SERÁ DESTA, FENPROF?

Dois anos após uma conferência nacional do setor e dois meses depois de uma campanha nacional, na Fenprof não há debate, nem reflexão, nem uma ideia nova. Parece que está tudo bem, mas não está! A escola está desadequada e cada vez é mais desinteressante para as crianças – e até para os professores.

Reforço o que tenho dito: o 1º Ciclo precisa de ser repensado em função dos alunos, e não tanto dos professores – mesmo as condições de exercício da docência devem ser enunciadas e reivindicadas também em função dos interesses das crianças, razão de ser da profissão. Defendo, por outro lado, que os professores – e os sindicatos, portanto – voltem a olhar para a Psicologia, a Pedagogia e outros saberes que nos permitam situar e atuar melhor. Enfim, em tempos de mudança, parece-me fundamental equacionar várias questões: duração e estrutura do ciclo, idade da primeira matrícula, carga horária, tipologia das aprendizagens e da avaliação; regime de docência, gestão e autonomia das escolas; formação de professores, acesso à profissão... Concretizando, algumas propostas:

- interditar a matrícula antes dos seis anos (para não dizer dos sete), apostar na coadjuvação no 1º ano e na criação de uma bolsa de professores de agrupamento para substituições – que reforcem o Apoio Educativo ou coadjuvem quando não em substituição;
 - regulamentar o Apoio Educativo, nomeadamente quanto à formação dos grupos – há escolas que, à mínima dificuldade, ‘despejam’ alunos no apoio – e às condições de exercício, muitas vezes nas piores salas (se as há), com falta de materiais e frequente deslocação dos professores para outras tarefas;
 - repensar a constituição das turmas em função de cada contexto; a manter-se a organização tradicional, o número de alunos e de anos de escolaridade por turma deve ser gerido pelas escolas;
 - integrar obrigatoriamente o Inglês curricular nas 25 horas letivas dos alunos;
 - no regime de docência, (na dúvida) inclino-me para a coadjuvação, que na Finlândia se prolonga durante seis anos;
 - ou se opta pelo fim da monodocência e se reclama a redução do horário, ou a mantemos e exigimos redução efetiva da carreira e um regime especial de aposentação – não é difícil imaginar que nenhuns pais aguentariam 20 filhos, 25 horas por semana, ao longo de 36 anos... É uma impossibilidade, ponto final!
 - regressar à gestão democrática e com efetiva participação do 1º Ciclo – o que exige, também, uma atitude menos ‘refratária’ dos professores; um ‘pormenor’: o 1º Ciclo tem de ter um orçamento próprio, calculado por aluno e autonomamente gerido pelas escolas;
 - retirar completamente as AEC da órbita institucional das escolas.
- Finalmente, que a Fenprof e os seus sindicatos se atrevem a *RE-pensar* (sobre) o 1º Ciclo!

António Baldaia
delegado SPN

A escola que desejamos é uma escola atenta ao conhecimento e aos processos da sua transmissão. Uma escola que possa promover a articulação da vida escolar com a vida fora dela. (...)
Só com docentes qualificados, motivados e integrados em escolas e agrupamentos de dimensão humana aceitável se poderá atingir uma educação de qualidade e de sucesso para todos.

[Programa de Ação da Fenprof (cap. 2), aprovado por unanimidade]

GRUPO 120: DÚVIDAS PERSISTEM



Com a obrigatoriedade do Inglês no 1º Ciclo, estabelecida pelo DL 176/2014, foi criado um grupo de recrutamento específico (120), com as qualificações necessárias definidas na Portaria 260-A/2014.

Em março de 2015, decorriam ainda os complementos de formação e os processos de certificação profissional, quando abre o primeiro concurso nacional em que é possível concorrer ao novo grupo de recrutamento. Atendendo a que se trata de um grupo novo e que implica a transferência de grupo de docência, supostamente todos os candidatos concorreriam na segunda prioridade. Digo *supostamente*, porque ao serem publicadas as listas provisórias de ordenação me apercebi de que o grupo já existia nas regiões autónomas, com a mesma designação, e os docentes daí provenientes constavam na primeira prioridade, pois não mudavam de grupo de docência.

No dia 1 de setembro, quando me apresentei no agrupamento em que havia sido colocada, questioneei o diretor acerca do meu horário e do departamento em que seria inserida, uma vez que à data não tinham sido divulgadas informações por parte do ministério. Relativamente ao departamento, seria o de Línguas, porque ao Conselho Pedagógico tinha parecido o mais adequado – outros agrupamentos entenderam que seria o do 1º Ciclo. Quanto ao horário de trabalho (22 ou 25 horas), orientações e esclarecimentos superiores surgiram apenas no final de outubro e implicaram reformulação de horário.

Falando em horário, a novidade curricular implicou mudanças na carga horária da maioria dos alunos e nos horários dos professores titulares de turma do 3º ano (onde a medida foi implementada). Em alguns agrupamentos, enquanto os alunos estão na aula de Inglês, os titulares de turma estão a coadjuvar ou em Apoio Educativo; noutro, veem um furo no respetivo horário e o seu agravamento. Quanto aos professores de Inglês, há os que têm horários decentes, em que os intervalos são rentabilizados para a mudança de escola, mas também há quem tenha intervalos de uma hora/hora e meia entre aulas, fazendo com que sejam obrigados a estar disponíveis de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 17h30.

O grupo 120 implica deslocações entre escolas, sendo raros (se existentes) os casos em que se consegue lecionar apenas numa escola – por dia, não é por semana... E há casos em que se leciona em três ou quatro estabelecimentos por dia... Quanto ao pagamento, ou não, das deslocações entre escolas, ainda suscita dúvidas em muitos agrupamentos, porque, mais uma vez, há falta de clarificação superior.

De facto, a falta de legislação e de orientação clara e inequívoca é persistente, e quase no final do ano, são inúmeras as dúvidas que ainda assombram este grupo de professores. Com quem devem reunir? Devem estar presentes na entrega das avaliações? Devem estar presentes em todas as reuniões de estabelecimento? Em que momentos devem reunir com o departamento de Línguas? Não pertencendo ao departamento do 1º Ciclo, devem estar presentes na reunião de avaliação? Não estando presentes, como se justifica que constem em ata as informações referentes ao Inglês? O tempo de deslocação entre escolas deve ser contabilizado no horário?

Mafalda Cardoso
delegada SPN

**É uma enorme responsabilidade dos sindicatos e da Fenprof
contribuir para devolver a esperança aos professores,
educadores e investigadores, para afastar o medo do seu
quotidiano e para lhes dar confiança na sua força e capacidade
de, com a luta, alcançarem resultados positivos para eles, para a
Escola Pública, para a Ciência e para o País.**
[Programa de Ação da Fenprof (cap. 3), aprovado por unanimidade]

Nos últimos anos, Nuno Crato colocou a Escola num plano inclinado e tornou-a uma escola menor, onde a formação integral deixou de ser prioridade. Por um lado, baixou o investimento na Escola Pública; por outro, deixou clara a aposta num modelo em que algumas áreas são vistas como menores – a ideia de dividir as disciplinas entre estruturantes e não estruturantes levou ao estreitamento do currículo e, nomeadamente, à desvalorização das expressões. No caso da Educação Física (EF), esta desvalorização retirou a disciplina do cálculo das médias, quer de acesso ao Ensino Superior, quer do final do próprio Ensino Secundário, espelhando uma inqualificável visão da importância desta área formativa (e da própria avaliação) ao longo da escolaridade, do 1º Ciclo ao 12º ano.

E não refiro o 1º ano por acaso. Havendo claras evidências científicas das suas vantagens em idades precoces, continua por cumprir a obrigatoriedade de generalização da Educação e Expressão Físico-Motora a todos os alunos do 1º Ciclo, traduzindo-se em carências frequentemente irremediáveis.

A generalização do acesso de todos os alunos ao que têm direito, por lei, não se soluciona com a implementação avulsa de programas de animação extracurriculares (nomeadamente AEC), mas criando condições efetivas para a sua concretização de acordo com a matriz curricular em vigor – é da responsabilidade das escolas, integrando os seus projetos educativos e estando sujeita à supervisão das respetivas estruturas de orientação pedagógica.

É absolutamente necessário e urgente implementar políticas e processos que permitam colmatar esta falha curricular, tão gravosa para a educação, a saúde e o desenvolvimento harmonioso das crianças, e impedir que muitos alunos à saída do 1º Ciclo sejam autênticos “analfabetos motores”. A existência real da Educação Física no 1º Ciclo tem de ser uma prioridade assumida por todos os responsáveis educativos, desde as famílias ao Governo.

Acrescentaria, para terminar, a necessidade de se olhar de forma séria para a questão dos equipamentos desportivos das nossas escolas, em muitos casos inexistentes ou claramente insuficientes.

João Paulo Silva
delegado SPN



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

É necessário dar continuidade e mais energia à atividade setorial.

A unidade nem sempre se constrói fixando objetivos únicos em que se espera que todos se revejam. Há que reconhecer e tratar os problemas de cada setor, elaborar os respetivos diagnósticos, identificar a sua natureza e, a partir deste conhecimento, avançar com propostas e objetivos reivindicativos.

[Programa de Ação da Fenprof (cap. 4), aprovado por unanimidade]

A Fenprof assenta a sua estratégia reivindicativa para a ação a desenvolver com os professores, educadores e investigadores, em três grandes eixos: **1- Defesa da Escola Pública; 2 - Melhoria das condições de trabalho; 3 - Valorização do exercício profissional dos docentes e investigadores.**

[Resolução sobre a Ação Reivindicativa, aprovada com uma abstenção]

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: QUESTÃO DE CIDADANIA ATIVA



A redução da carga letiva das expressões artísticas, resultante da revisão curricular nos ensinos Básico e Secundário, traduziu-se num retrocesso do pensamento crítico e do exercício de cidadania ativa por parte dos alunos. Consideramos a educação artística como uma forma de trabalho crítico, reflexivo, com o objetivo de promover progresso e transformação. De facto, para muitos autores que trabalham sobre os currículos, eles são o reflexo de uma ideologia dominante que tem modelado o pensamento e a cultura através dos tempos. Por conseguinte, emanam mensagens, de forma direta ou indireta, que funcionam como padrões de comportamento legitimados e socialmente aceites, representando outros tantos modelos a seguir. Consideramos que um programa de educação artística deve integrar todo o ensino obrigatório, desenvolvendo-se em contextos formais e informais, abrindo-se assim a possibilidade de pensar a educação artística fora da ortodoxia hegemónica e de desenvolver uma compreensão crítica que mobilize os saberes próprios das artes e das disciplinas associadas à investigação em educação artística. Citando João Fróis: “Constatamos que existem três fatores que têm determinado a secundarização da Arte na Educação. O primeiro é marcadamente hedonista, já que encara a Arte como um modelo de entretenimento, uma ocupação frívola passível de escolha opcional em meio escolar; não proporcionando ‘desenvolvimento visível’, a Arte proporciona prazer. O segundo é pautado pela premissa da genialidade, particularmente inerente a dotes individuais: o génio artístico revela-se como uma exceção à regra, o cientista surge antes do artista e o biólogo e o matemático antes do poeta e do músico. O terceiro fator prende-se com o não reconhecimento da importância da Arte para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos indivíduos.”

Cingir-mo-nos às atividades propostas pelo manual é condenar o ensino à estagnação criativa, sendo da maior importância que o professor contribua para a criação de diálogos no processo de ensino-aprendizagem. Como refere José Pacheco, “um professor tem de ser um tutor e um mediador de aprendizagens. E a aprendizagem acontece quando há um vínculo afetivo entre quem supostamente ensina e quem supostamente aprende”.

Ana Paula Canotilho
delegada SPN



ARTES E TECNOLOGIAS POR UMA ESCOLA NOVA

Portugal tem sido governado por pessoas que, objetivamente, procuraram privilegiar uma parte da população, deixando à maioria um Estado diminuído, destruindo e privatizando serviços públicos, e sem condições para cumprir as suas funções. A Educação, claro, não ficou de fora dessas práticas governativas. Nuno Crato continuou e aprofundou um conjunto significativo de políticas que, em simultâneo, contribuíram para menos escola pública e mais ensino privado.

Mas, entretanto, o povo votou. Decidiu mudar e este é o momento de procurar mudar também a Escola Pública, criando condições para que os nossos alunos tenham acesso a uma Escola inteira, a mais e melhor Escola, a uma Escola onde, mais do que aprender, se aprende a aprender, onde o conhecimento se constrói ao longo de todo o percurso escolar, num desafio que ultrapasse a própria Escola e se abra a uma sociedade democrática, criativa, crítica e empenhada na sua (auto)construção. Enfim, uma Escola que promova a formação integral dos indivíduos, estimulando o desenvolvimento das capacidades intelectuais e emocionais das crianças e dos jovens.

Nesta nova Escola não podemos ficar pelas intenções. Por isso, importa colocar algumas medidas a concretizar de forma tão urgente quanto possível:

- redução do número de alunos por turma, promovendo ambientes de aprendizagem promotores de relações pedagógicas mais saudáveis;
- extinção das metas curriculares e elaboração de programas das áreas artísticas e tecnológicas que privilegiem o desenvolvimento de um novo conhecimento;
- criação de comunidades informais de aprendizagem, explorando a integração das artes no desenvolvimento dos jovens e crianças, promovendo uma sequencialidade programática entre as expressões e desenvolvendo uma literacia artística e tecnológica;
- reposição do caráter obrigatório da Educação Tecnológica no 3º Ciclo;
- reajustamento curricular da Educação Visual também no 3º Ciclo;
- aglutinação, no 2º Ciclo, da Educação Visual e da Educação Tecnológica na disciplina de Educação Visual e Tecnológica e consequente reposição do par pedagógico (a disciplina fundamenta-se em características práticas e experimentais).

Este conjunto de opções potencia a criação de um património socioeducativo da Educação Visual e da Educação Tecnológica que alicerce uma sociedade crítica e construtiva. Para isso, um programa de Educação Artística deve abranger todo o ensino obrigatório e ser trabalhado em contextos formais e informais (escolas, museus, galerias, ...), abrindo a possibilidade de se pensar a Educação Artística fora do pensamento normativo.

Maria João Serpa
delegada SPN



TEMOS DE CRIAR UMA SOCIEDADE CULTA

EDUCAÇÃO DE ADULTOS EXIGE PROGRAMA DURADOURO

** Intervenção não concretizada por falta de tempo*

As Expressões Artísticas são parte integrante da formação das crianças e dos jovens e, por isso, devem ser trabalhadas na escola, como qualquer outra disciplina ou interdisciplinarmente. Expressão Dramática, Música, Plástica, Dança devem fazer parte do currículo do 1º ao 12º ano, não de forma facultativa, extra-curricular, ao lado da vida e do quotidiano académico do aluno.

Para resolver um qualquer problema, convoco todas as minhas competências, não só as de leitura e escrita ou as de matemática. Todas. Por isso não há disciplinas essenciais. Todos têm direito a diferentes abordagens, para que cada um possa, de acordo com as suas apetências e competências ultrapassar os obstáculos da vida. Os docentes do 1º Ciclo necessitam ser altamente qualificados na sua formação inicial. O caminho da disciplinarização deve ser invertido o quanto antes; os conteúdos devem ser absorvidos de forma integrada. Se ensino uma canção, ensino a letra, analiso-a, interpreto-a, dou a rima, trabalho o ritmo e suas divisões; posso dar Estudo do Meio a partir do conteúdo da letra e Dançar, fazer Educação Física, etc. Os alunos percebem e fruem melhor a poesia de Cesário se ouvirem Ravel ou Debussy ou se apreciarem Monet. Não falo pois de Ensino Artístico Especializado. É outra frente de luta. Falo do direito de cidadania de todos os nossos alunos, para que não sejam marginalizados culturalmente. Falo do facto de a criatividade ser inerente a todos, não só aos artistas. As Expressões Artísticas não são só para colmatar dificuldades, são essenciais à formação e ao equilíbrio humanos.

O que certas pessoas de direita querem é que os alunos não se habituem a enfrentar públicos, a abordar conhecimentos diversos em conjunto, isto é, a pensar de forma criativa. Para que sejam sempre as classes mais ricas a dominar e a preencher os lugares de chefia. Nós temos de criar públicos. Para Teatro, Música, Dança, Exposições. Temos de criar uma sociedade culta. Porque Cultura significa Poder. A Fenprof tem uma enorme responsabilidade e deve insistir neste aspeto junto dos governos.

Rafael Tormenta
delegado SPN

A Educação de Adultos (EA) teve, recentemente, grandes parangonas na comunicação social, fruto de uma forte campanha promocional e do empenho do governo de José Sócrates, ele próprio muito interveniente na defesa da iniciativa Novas Oportunidades (NO). Na verdade, a EA andou nas bocas do mundo não pelos méritos das NO, mas muito pelos seus defeitos; bem vistas as coisas, bem menores do que os benefícios que muitos portugueses tiraram das NO, iniciativa extinta pelo governo de Passos Coelho, sem que lhe fosse dada qualquer continuidade, corrigido o que fosse necessário. Tal como refere o Programa de Ação da Fenprof, exige-se hoje um compromisso para a implementação de um duradouro programa de EA. É certo que os meios são escassos, mas não devemos deixar de exigir o inadiável.

Devemos exigir ao Governo que, mesmo em tempo de escassez de meios, se empenhe numa política séria e sustentada de EA, longe, por exemplo, da exigência de “produtividade” aos diversos intervenientes no processo, filtrando o acesso a fundos financeiros pelo número de diplomas de certificação concedidos.

O país precisa, urgentemente, dessa política. Os problemas que surgem em catadupa nas escolas são filhos, também, de um significativo défice educativo e cultural das nossas gentes – não tenhamos medo de o assumir. Não se trata apenas de alfabetizar adultos, é preciso ir muito mais longe!

Não desvalorizemos a importância da EA. Saibamos cumprir o nosso papel. Não estará tudo nas nossas mãos, apenas uma parte decisiva. Teremos a nosso favor experiências positivas, estudos académicos sólidos e gente empenhada e capaz. Saibamos cumprir o compromisso que temos para com a Educação.

Carlos Midões
delegado SPN

Um dos grandes desafios que se colocam ao cidadão do século XXI é a preservação do ambiente, sendo cada vez mais assumida a necessidade de salvaguardar a equidade entre gerações, através de um modelo de desenvolvimento sustentável. O objetivo da Educação Ambiental para a sustentabilidade consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os jovens para uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais. Pretende-se que os alunos aprendam a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções – capacidades fundamentais para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas, numa sociedade democrática, face aos efeitos das atividades humanas sobre o ambiente.

Com a Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, o Estado português integrou a Educação Ambiental nos objetivos da formação, abrangendo todos os níveis de ensino, embora não de forma clara e objetiva. Dez anos depois, os ministérios da Educação e do Ambiente estabelecem um protocolo que visa enquadrar ações comuns a nível de projetos escolares e a Educação Ambiental nas orientações curriculares e na formação de professores. Pretendia-se lançar as bases científicas da temática educativa ambiental nos currículos dos ensinos Básico e Secundário.

No entanto, só no início dos anos 2000 se verifica uma revisão curricular que cria as áreas de Projeto, de Estudo Acompanhado e de Formação Cívica e que introduz a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências. Esperava-se que a Educação Ambiental viesse a ter expressividade nas referidas áreas, dando seguimento aos projetos desenvolvidos na extinta Área Escola, mas tal não aconteceu.

Posteriormente, efetuaram-se várias revisões do currículo estabelecido em 2001, que no essencial vigorou até 2011, quando foram eliminadas as áreas curriculares não disciplinares, destruindo por arrasto a Educação Ambiental no ensino obrigatório português.

Neste contexto, propõe-se:

- a criação de uma área disciplinar não curricular com tempos semanais nos horários letivos dos alunos, bem como a manutenção da Educação Ambiental como área de trabalho transdisciplinar nos currículos da educação obrigatória; a Educação Ambiental deverá continuar a ser uma componente essencial e permanente da educação nacional, presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, formal e não formal;
- a implementação de um sistema de créditos horários para projetos e clubes escolares de índole ambiental que possibilitem aos alunos um contacto efetivo e experienciado com as questões do ambiente.

Antero Resende
delegado SPN

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO PORTUGUÊS



Para defesa e promoção da Escola Pública, a Fenprof defende: uma rede pública de creches tutelada pelo ME; a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; a reorganização do 1º Ciclo; a criação de vias educativas e formativas diversificadas; o reconhecimento da Educação de Adultos como pilar fundamental de uma sociedade democrática; a reorganização da rede de instituições de Ensino Superior.

[Resolução sobre a Ação Reivindicativa, aprovada com uma abstenção]

SUPERVISÃO: DE FRAGILIDADE A MODO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



** Intervenção não concretizada
por falta de tempo*

Prevista no Estatuto da Carreira Docente, a supervisão pedagógica tem vindo a assumir relevância crescente na vida das escolas e a inquietar os professores. Porquê?

A resposta, revestida de recordações e experiências individuais e coletivas, remete para uma avaliação de desempenho docente (ADD) onde a supervisão adquiria um estatuto de grande importância e se estabelecia como garantia da mudança necessária no exercício da profissão docente. Associada à observação de aulas num contexto assimétrico de poder entre observado/avaliado e observador/avaliador, e sem outro efeito além de classificar para seriar e possibilitar a atribuição de menções, não deixou boas recordações.

Posteriormente, as alterações ao modelo inicial levaram a que a supervisão ficasse associada à observação externa, distanciando os atores do processo para “minimizar conflitos entre avaliadores e avaliados” e “permitir uma maior tranquilidade na vida das escolas” (Decreto Regulamentar 26/2012). Mas porque as mudanças que se exigiam ao sistema passavam, nesse contexto político, por supervisionar todos dentro das respetivas salas de aula, novas investidas foram lançadas neste âmbito.

Essencialmente nos últimos três anos, medidas de política educativa impuseram a supervisão pedagógica através de instrumentos de avaliação das escolas. A este facto não é alheia uma avaliação mais ampla dos serviços públicos, em particular dos seus funcionários, à qual se juntaram, mais recentemente, vários “especialistas” da gestão empresarial empenhados em demonstrar que a supervisão tem contribuído para a (re)qualificação dos profissionais em exercício, assim se aliando ao objetivo central de melhoria da qualidade do serviço prestado. O que se passa, entretanto, no terreno? A ADD parece em estado vegetativo no que diz respeito à observação de aulas... Mas em simultâneo, a dita “supervisão” tem-se apresentado com sintomas de hiperatividade.

Após um primeiro ciclo avaliativo levado a cabo pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, que dava destaque a processos de autorregulação, “convidando” as escolas a refletirem sobre as suas práticas e sobre o modo como se organizavam, a IGEC colocou no terreno um modelo em que a autoavaliação deixava de ser um domínio analisado por si, mas surgia associado, ou mesmo subordinado, à gestão. Pelo menos, num momento recente da anterior legislatura.

A supervisão voltou às escolas como uma fragilidade identificada nos diversos relatórios produzidos pela IGEC, que solicitava planos de melhoria de modo a implementar esta prática nas escolas. Que fragilidade é esta? Que perspetiva de supervisão estava implícita nesta identificação como fragilidade? É esta reflexão que todos somos chamados a fazer, coletivamente, em cada escola.

Cada um de nós tem o dever de participar na construção de uma outra conceção de supervisão interpares, centrada na resolução de problemas concretos, assente num processo de observação-reflexão-ação que implica a colaboração e a troca de lugar entre observador e observado, num processo de apoio e desenvolvimento profissional colaborativo. Uma supervisão alicerçada na reflexão partilhada sobre a prática e na investigação sobre a ação, promotora de uma melhoria efetiva das práticas pedagógicas e impulsionadora do trabalho colaborativo entre pares.

Anabela Sousa
delegada SPN

EPC: RESISTIR É ESSENCIAL



Nos últimos tempos têm vindo a agravar-se problemas relativos aos horários, à extinção de postos de trabalho e a pressões de vária ordem sobre os docentes a exercer no Ensino Particular e Cooperativo (EPC). PORQUÊ?

A assinatura de um contrato coletivo de trabalho entre a AEPP e a FNE, publicado em agosto de 2014, veio agravar a situação, já de si complicada, e as pressões sobre os docentes para que aceitem condições laborais que não respeitam os enquadramentos legais vigentes acentuaram-se. PORQUÊ?

Entretanto, foi aumentando de forma significativa um clima de intimidação, claramente condicionador, designadamente ao nível do exercício de direitos sindicais. PORQUÊ?

Verifica-se que, contrariamente ao que se passa no ensino público, a maioria dos professores do EPC sindicalizados paga quotas diretamente no seu sindicato, e não através das instituições onde trabalham. PORQUÊ?

Com efeito, a realidade mostra que, num setor apontado como modelo de funcionamento e organização, os docentes são, muitas vezes, sujeitos a arbitrariedades e a limitações várias à liberdade de pensamento e de ação, decorrentes das opções que defendem. Na área de intervenção do SPN vivem-se realidades claramente atentatórias dos direitos dos docentes no EPC. Várias são as denúncias que o sindicato vem fazendo à Autoridade para as Condições do Trabalho e à Inspeção Geral da Educação e Ciência, decorrentes de graves pressões sobre os professores, desrespeito pelas condições laborais e tentativas de despedimento alegando justa causa.

A luta desenvolvida em torno da defesa do contrato coletivo de trabalho levou a um aumento significativo da taxa de sindicalização no SPN, que, através de uma comissão para acompanhamento do setor, relançou a sua intervenção, com ganhos significativos a nível da participação em plenários e na promoção de reuniões em escolas privadas.

O desgaste que estas lutas provocam não nos deve fazer esmorecer, pelo contrário. A intervenção dos sindicatos tem sido e é fundamental para garantir a defesa dos direitos dos docentes. Nesta dinâmica, a resistência torna-se essencial para que possamos continuar a dignificar este setor educativo.

Fernando Carvalho
delegado SPN

ARTIGO 79 PARA TODOS



Esta intervenção visa sugerir à Fenprof a reformulação do artigo 79º do ECD, de modo a que todos os professores com 60 anos de idade possam usufruir da dispensa total da componente letiva – e constituiria uma medida transitória enquanto as negociações sobre o regime de aposentação não se concluírem.

Convém lembrar que muitos professores, ao atingirem os 60 anos de idade, estão já perto dos 40 anos de serviço – a inovação, o acompanhamento das mudanças, já se faz mais por consciência profissional do que por vontade pessoal. A capacidade de trabalho dos professores e de qualquer trabalhador, a partir de uma certa idade, traz limitações na capacidade de executar, em função das exigências, do seu estado de saúde, das suas capacidades físicas e mentais. Há necessidade de flexibilizar as tarefas desenvolvidas. Isto não impede que continuem a usar-se a competência e a experiência destes profissionais.

Este artigo terá de ser conjugado com o 82º, que deverá elencar claramente quais as funções dos professores, evitando interpretações subjetivas e abusivas por parte de alguns diretores.

Este recurso continuará a ser uma prerrogativa dos professores, que seriam livres de a utilizarem ou não. Teria ainda outra vantagem: permitiria a abertura de vagas e levaria uma lufada de ar fresco às escolas, novas pessoas, novas ideias, novas formas de ver a profissão, estabilidade e continuidade de trabalho.

Fica o repto.

Elsa Pinto
delegada SPN



UM PROFESSOR É SEMPRE UM PROFESSOR

“O professor aposentado nunca perde a sua condição de professor” – artigo 1º da *Carta dos Direitos dos Professores Aposentados*. Aprovado no 1º Congresso de Professores Aposentados, promovido pela Fenprof em 1993, o documento continua atual. Passados três anos (1996), realizou-se o segundo congresso, tendo como lema “*Justiça, Dignidade, Solidariedade*”.

Entretanto, os professores aposentados tomaram nas mãos o direito a participarem na negociação de todas as questões que lhes dizem respeito. Assim, fizeram petições, abaixo-assinados, exposições, concentrações, visitas à Assembleia da República e aos grupos parlamentares, mostrando sempre a sua força.

O problema só se resolveria com a inserção de um novo conceito jurídico no Estatuto de Aposentação, que já era reivindicado desde o 1º Congresso. Começou a luta pela indexação das pensões aos vencimentos dos professores no ativo – que levou à aprovação da Lei nº 39/99, aplicável, também, ao Ensino Superior e ao Particular – e pelo pagamento, com juros, de mais um terço do vencimento a todos os professores e educadores que, depois de aposentados, foram obrigados a cumprir funções letivas até ao fim do ano escolar. Foi uma luta vitoriosa, mas a boa situação durou pouco tempo!

O Estatuto de Aposentação piorou. A Caixa Geral de Aposentações passou a fazer leituras enviesadas da lei e a obrigar a recurso ao Provedor de Justiça e aos tribunais. Apareceu a CES, o aumento de taxas de descontos, o fator de sustentabilidade, a aplicação de 40 anos de serviço em vez de 34 nos cálculos da Lei 77 ou 71, etc., etc., e a luta teve que continuar com um Encontro Nacional (2012) e a 1ª Conferência de Professores Aposentados (2013), que levaram ao reforço dos departamentos de professores aposentados nos sindicatos e na Fenprof. Os aposentados estão hoje bem organizados nos nossos sindicatos e sentem-se defendidos, porque a união faz a força.

Recordo a mensagem do então Presidente da República, Jorge Sampaio, ao 2º Congresso: “No que diz respeito ao estatuto socioeconómico, a questão das aposentações esteve, desde sempre, na primeira linha das preocupações dos professores. O que se compreende, desde logo, por razões de *justiça*, na medida em que a profissão docente é extremamente exigente, do ponto de vista físico e psicológico. Mas o debate remete, também, para razões de *dignidade* e de *solidariedade*, dado que os discursos inflamados sobre a missão social dos professores e a crença no seu papel como ‘apóstolos do progresso’ muitas vezes não tiveram consequências práticas em termos do seu estatuto remuneratório e das condições da sua aposentação.”

Teresa Maia Mendes
delegada SPN

O SPN NA FENPROF

O 12º Congresso Nacional dos Professores elegeu os órgãos dirigentes da Fenprof para o próximo triénio. Os representantes do SPN foram eleitos antecipadamente pelos respetivos Corpos Gerentes, tentando assegurar a máxima representatividade geográfica e setorial. Assim, a representação do SPN no Conselho Nacional (CN), no Secretariado Nacional (SN) e no Conselho de Jurisdição (CJ) da Fenprof será assegurada por:

Alexandre Fraguito, Ana Paula Tomé, Anabela Sousa, António Baldaia, Carlos Midões, Carlos Silva, Conceição Liquito, Francisco Gonçalves, João Baldaia, João Paulo Dupont, João Paulo Silva, Jorge Reis, José Faria Pinto, Lurdes Veiga, Manuela Mendonça, Maria José Araújo, Maria José Costa, Ondina Maia, Pedro Oliveira [CN] Abel Macedo, Henrique Borges, José Augusto Cardoso, José Manuel Costa, Júlia Vale, Manuela Mendonça [SN] e Ana Aguiar [CF].

F. Corria o mês de fevereiro e a professora F. retomou o serviço, após um período de ausência por doença. Como não havia turma para distribuir, foi colocada na biblioteca. A jornada de trabalho definida (45 tempos de 45 minutos por semana), dito pela direção: assim se cumprem as 40 horas de lei. É ilegal, mas não interessa, a direção é que interpreta a legalidade!

E. No início do ano letivo, foi entregue à professora E. um horário em que, nos cinco dias da semana, fazia o primeiro bloco na escola-sede e o terceiro noutra escola do agrupamento, a uns quilómetros de distância. Ao início da tarde deslocava-se mais uns quilómetros para assegurar uma AEC numa EB1 e, ao fim do dia, regressava à escola-sede para 45 minutos de atendimento aos encarregados de educação ou outra tarefa qualquer. Assim, trabalhava durante o dia na escola e para a noite levava o trabalho da componente individual.

N. Há dias o professor N. apareceu no Sindicato para falar, sentia-se mal por estar de atestado médico, coisa que nunca tinha feito. Este ano, com 16 turmas e 376 alunos não aguentou a carga. Não conseguia fixar o nome de todos (e eles gozavam com isso), nem garantir que durante as aulas de TIC os alunos utilizavam os PC apenas naquilo que era suposto utilizarem. E não aguentava os sucessivos conselhos de turma.

P. Fisicamente frágil, com mais de 60 anos, mas ainda sem os sustentados em fórmula (66 e dois meses), P. é empenhada e persistente. Um dia, um dos alunos mais destemperados insultou-a, agrediu-a verbalmente com palavras que aqui não se dizem. Farta, foi à direção e exigiu que o aluno se retratasse e pedisse desculpa. Imediatamente foram acionados os procedimentos e mecanismos que o legislador criou para, em seu dizer, devolver a autoridade aos professores. A solicitação da professora tardou a ser atendida. Sentindo-se desconsiderada e humilhada, desistiu, foi para casa e não regressou. Mais um atestado médico!

R. O órgão unipessoal de direção executiva do agrupamento R. diagnosticou a inexistência de uma unidade orgânica de facto. Diagnóstico feito, objetivo estratégico delineado – fazer comunidade! Perante tal desiderato, uma ideia luminosa: fazer circular todos os professores, ao longo do dia, pelo maior número de escolas possível, dando aulas e apoios aqui e acolá. O tempo passou e o órgão unipessoal está feliz, vê comunidade; os professores não, acenam aos colegas quando se cruzam na estrada e pagam as contas de gásóleo e do mecânico.

O. Professor de Educação Visual, vai lecionando muito a custo e frustrado: dois tempos por semana, sala apertadíssima, numa cave, sem mesas adequadas, com alunos desmotivados e adversos às importâncias da expressão visual. Indisciplinados, não levam materiais, não realizam trabalho... As faltas de material, convertidas em presenciais por “competência” do Regulamento Interno, levaram a que alguns alunos excedessem o limite de faltas injustificadas. Alarmada com o efeito das faltas, a diretora proferiu: isto não pode ser, a escola é minha e quem manda aqui sou eu!

F. Seis casos, vários problemas que pressionam, desgastam, infernizam a vida dos professores. Só falta mesmo a nova narrativa do sucesso escolar: a questão resolve-se com muita formação, práticas pedagógicas inovadoras e planos de melhoria por escola. Justificar com meio desfavorecido e poucos recursos não dá; interessa é o enfoque e a atitude do pedagogo e da escola e potenciar ao máximo os recursos. Como os resultados serão sempre desiguais, estão encontrados os culpados – os professores. A Fenprof, os seus sindicatos e os professores saberão rejeitar este engodo, chamando a atenção de que o insucesso escolar não é um problema exclusivo da escola. É essa a nossa responsabilidade!



SABEREMOS REJEITAR OS ENGODOS

Francisco Gonçalves
pela Direção Distrital do SPN/Aveiro Norte

PRÉ-ESCOLAR: GARANTIR A UNIVERSALIZAÇÃO

Hoje, ser educador de infância é exercer a profissão acentuando o valor da componente educativa e assumindo-a como fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Recuperar a essência da docência neste setor é recuperar uma forma de estar crítica e combativa; é perceber que a Educação exige participação, reflexão e sentido crítico.

Em 1998, no seu 6º Congresso, a Fenprof defendeu a obrigatoriedade da EPE no ano imediatamente anterior ao ingresso na escolaridade obrigatória. Fê-lo com o objetivo de garantir a todas as crianças o direito à EPE no mínimo durante um ano. Hoje é claro que a igualdade de oportunidades continua por alcançar, e nessa perspectiva é imperioso garantir a frequência da EPE pelo menos no ano anterior ao ingresso no 1º Ciclo.

Valorizamos que, recentemente, tenha sido reconhecida a necessidade de se investir e garantir a universalização da EPE para as crianças de quatro anos, no imediato, e de três anos. Compete ao Governo garantir que essa universalização seja feita através da rede pública, com a abertura de mais salas de jardins de infância públicas, garantindo uma efetiva universalização da oferta.

Em termos de trabalho, são distintas as situações vividas hoje. Existe um agravamento acentuado das condições laborais na rede privada ou solidária, onde os docentes estão sujeitos a trabalhar com um número de crianças bem acima do estipulado, têm uma componente letiva superior aos colegas da rede pública e, muitas vezes, desempenham atividades que não fazem parte do conteúdo funcional da profissão.

Não podemos esquecer, por outro lado, o que se passa com os educadores a exercer em creches, que ainda não viram reconhecido como atividade docente o tempo de serviço prestado naqueles estabelecimentos.

No que respeita à rede pública, há questões que carecem de resolução urgente. O diploma da gestão em vigor, entre todas as coisas graves que contém, contribuiu para afastar os docentes de EPE dos órgãos de gestão, sendo pontuais as situações onde isso não acontece. É entendimento da generalidade dos docentes que isto veio contribuir para alguma incompreensão relativamente às questões pedagógicas, prejudicando o trabalho desenvolvido, através da imposição de regras, fichas e grelhas de avaliação que nada têm a ver com a especificidade da EPE, limitando-a naquilo que tem de essência. Por outro lado, a imposição de um calendário escolar distinto do da restante educação básica, e que [no continente] acrescenta cerca de 30 dias à componente letiva, dificulta a prevista articulação entre ciclos, hipotecando a participação dos educadores nos processos de avaliação inerentes ao agrupamento – além do calendário continental, vigoram o da Madeira (ainda mais gravoso) e o dos Açores (igual ao do 1º Ciclo).

A Fenprof continuará a acompanhar todas estas situações, bem como a aplicação do ECD em outros ministérios (mantendo a exigência do respeito pelo seu articulado), e não abandonará o combate contra a requalificação dos docentes do Instituto da Segurança Social, exigindo a sua integração efetiva e imediata sem qualquer contrapartida.



Júlia Vale

delegada SPN e coordenadora nacional da EPE

UM SINDICALISMO PROGRESSISTA AO SERVIÇO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS

Adaptação da intervenção de Manuela Mendonça, em nome do Departamento de Relações Internacionais da Fenprof, na abertura do seminário sobre o tema em título, que antecedeu o 12º Congresso Nacional dos Professores.

Começo com uma referência a dois documentos que a Fenprof decidiu reeditar para este congresso.

O primeiro é a *Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao Estatuto dos Professores*, sublinhando a importância e atualidade que continua a ter, 50 anos depois, quando defende:

- a educação como um dos direitos fundamentais da humanidade;
- a responsabilidade dos Estados de assegurarem a todos uma educação de qualidade, através da “atribuição de uma parte suficiente do rendimento nacional para o desenvolvimento da educação”;
- o “papel essencial dos professores” para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade e a necessidade de “assegurar ao pessoal docente uma condição que esteja de acordo com esse papel”;
- a importância das organizações de professores e o considerável contributo que podem dar ao progresso da educação, devendo ser chamadas a associar-se ao “processo de elaboração da política educacional”.

O texto reforça, mais do que uma vez, uma conceção progressista de educação: toda a criança tem o direito a “beneficiar de todas as oportunidades de educação”; a todos devem ser concedidas “iguais facilidades para a efetivação do seu direito à educação” e “que nada limite a possibilidade de cada aluno alcançar qualquer nível ou tipo de ensino”.

O outro documento é um desdobrável com um conjunto de transcrições de John Dewey, filósofo e pedagogo norte-americano, considerado a principal referência da educação progressista na primeira metade do século XX. Publicado em 1928 pela Federação Americana de Professores, de que era membro fundador, o documento tem como título “Por que é que os professores precisam de um sindicato”. Dewey explica por que se orgulha de ser membro de um sindicato de professores, “que represente todos os interesses que os professores têm em comum e que, ao representá-los, represente também a proteção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e com isso reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual”. E, entre outros aspetos, realça a ação dos sindicatos na defesa de salários que assegurem “um nível de vida decente” e o seu contributo histórico para “melhorar a educação pública e introduzir os princípios e ideais

de educação progressista nas escolas”, assim como para “elevar o nível moral, intelectual e social da profissão”.

Questionar a Escola. Na origem de qualquer organização sindical está a necessidade de melhorar as condições de trabalho e defender os interesses específicos de cada classe profissional. Mas um sindicalismo centrado apenas nos problemas específicos de cada profissão, sem intervir na sociedade em que se insere, é como um médico apenas preocupado em baixar a febre de um doente, sem cuidar da infeção que a provoca. Nesta perspetiva, que encara o movimento sindical como instrumento para a transformação da sociedade, o sindicalismo docente tem de questionar e colocar no centro da sua intervenção o papel social desempenhado pela Escola. Sendo um aparelho ideológico do Estado, a Escola é também um terreno onde as forças conservadoras e progressistas se confrontam. Pode ser um espaço de reprodução ou de transformação social, consolidar as desigualdades ou contribuir para a sua diminuição, ter um funcionamento autoritário ou democrático, centrar-se na qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho ou no desenvolvimento integral do ser humano, fomentar a competição ou a solidariedade, promover o conformismo ou o espírito crítico, utilizar métodos baseados na memorização e na repetição ou no questionamento e na experimentação, ter como objetivo a seleção dos melhores alunos ou o sucesso de todos... Ou seja, a escola pode resignar-se passivamente à ideia de que os alunos são um produto das suas circunstâncias, ou, por isso mesmo, tudo fazer para humanizar essas circunstâncias.

O ato educativo é um ato político, sem qualquer espaço para a neutralidade. Cabe ao sindicalismo docente apoiar, mobilizar e organizar todos os professores que dão prioridade aos alunos mais desfavorecidos e que a todos armam com os conhecimentos e competências que lhes permitam identificar e combater os constrangimentos à sua plena realização pessoal e profissional. Só neste sentido se pode compreender o que disse Mandela quando afirmou que “a educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo.”

Escola Pública. Sem educação não há democracia, porque sem conhecimento não é possível saber quais as escolhas que interessam. Sem educação não há progresso, porque é através dela que se cria o capital humano, riqueza mais valiosa e sustentável de qualquer

país. A força desta evidência e o seu alcance estratégico fazem com que a exigência de uma *educação para todos* seja a primeira bandeira da luta sindical. E neste combate, o principal inimigo é o neoliberalismo, que pretende transformar a educação num negócio, as escolas em empresas e os alunos em consumidores, mas apenas na justa medida do poder de compra de cada um.

Só através de uma Escola que seja pública, gratuita, democrática e de qualidade se podem contornar as barreiras existentes e garantir plenamente o usufruto desse direito humano fundamental que é o acesso à educação. Conscientes desta realidade, os governos que seguem a cartilha neoliberal aplicam invariavelmente a mesma estratégia de redução progressiva do financiamento ao ensino público. Por todo o lado se assiste à diminuição da percentagem do PIB dedicada à Educação – especialmente em Portugal, onde, neste como noutros indicadores, se regrediu 20 anos. A parcela do Orçamento de Estado destinada à Educação é o fator mais determinante da política educativa e, por isso, tem de ser um objetivo prioritário da intervenção sindical.

Além do financiamento, o outro pilar que sustenta a qualidade do ensino público é a competência científica e pedagógica dos seus principais atores. A construção de um sistema educativo de qualidade é inseparável da valorização social e material da profissão docente, tendo em conta que a tarefa de formar cidadãos plenos, capazes de intervir nos mais diversos domínios, só pode ser levada a cabo por profissionais superiormente preparados e motivados. Por isso, a melhoria permanente das condições de trabalho é, naturalmente, uma preocupação subjacente a toda a atividade sindical.

Coordenar a ação. O sindicalismo continua a ser o movimento social mais relevante do mundo contemporâneo. Isso deve-se ao lugar central que o trabalho (ou a falta dele) continua a ter na vida das pessoas. Mas a vida é afetada por muitos outros problemas, que geraram outros movimentos sociais em torno de causas como a paz, o ambiente, a igualdade de género, os direitos humanos, a erradicação do trabalho infantil, a defesa do consumidor, a luta contra o racismo e a xenofobia... Para benefício mútuo, e da humanidade, o movimento sindical deve estabelecer uma relação mais aberta e uma ação mais articulada com estes movimentos, que trouxeram para a luta política formas mais criativas de ativismo e intervenção, introduziram um novo discurso e novas e mais democráticas modalidades de organização.

Num mundo cada vez mais globalizado e dominado pelos grupos financeiros, nenhum problema tem solução e nenhum combate se resolve à escala nacional. Mais do que nunca, impõe-se que os sindicatos reforcem a sua coordenação internacional e sintam como suas todas as lutas contra as injustiças, em qualquer parte do mundo onde aconteçam.

Como lembrou Eduardo Galeano, “a economia mundial é a mais eficiente expressão do crime organizado. Os organismos internacionais que controlam a moeda, o comércio e o crédito praticam o terrorismo contra os países pobres e contra os pobres de todos os países, com uma frieza profissional e uma impunidade que humilha o melhor dos bombistas.” Combater este crime organizado é a maior responsabilidade do sindicalismo progressista, unindo e juntando-se a todas as forças que lutam por “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” [Rosa Luxemburgo].



O ato educativo é um ato político, sem qualquer espaço para a neutralidade. Cabe ao sindicalismo docente apoiar, mobilizar e organizar todos os professores que dão prioridade aos alunos mais desfavorecidos e que a todos armam com os conhecimentos e competências que lhes permitam identificar e combater os constrangimentos à sua plena realização pessoal e profissional.



BRASIL EM LUTA

Os movimentos sociais brasileiros, incluindo os sindicatos, estão fortes e organizados e contam com a solidariedade internacional. A Fenprof e os professores portugueses estarão, certamente, na primeira linha de apoio solidário ao combate pela democracia, pelos direitos humanos e pela justiça social.



Abel Macedo
direção SPN

Como todo o povo português, os professores acompanham com preocupação a atual situação no Brasil. Por ocasião do 12º Congresso da Federação Nacional dos Professores, que se realizou no Porto, estiveram entre nós representantes das duas maiores organizações de professores daquele país – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação (CONTEE) –, que, além da participação no congresso, estiveram presentes no seminário internacional que o antecedeu e na V Conferência Sindical da CPLP-Sindical da Educação, que se realizou na semana seguinte. Pelo meio, participaram nas comemorações do 1º de Maio que a União de Sindicatos do Porto promoveu na Baixa da cidade.

Dos muitos contactos estabelecidos com os companheiros brasileiros e de um importante conjunto de informações que nos trouxeram, que não nos chega através do caudal informativo da comunicação social dos dois países, ficámos conhecedores de outras visões sobre o golpe institucional desencadeado contra a presidente Dilma Rousseff. Desde logo, que o movimento em curso (que já levou à suspensão temporária da presidente) tem como único fim conduzir à força os grupos mais conservadores do Brasil ao poder, o que não conseguiram alcançar através do voto popular. Por outro lado, o cenário que conhecemos hoje no Brasil não pode ser visto de forma isolada, mas como parte de um quadro internacional mais amplo.

Após um período de predominância de governos progressistas de diversos matizes em toda a América Latina, vive-se hoje uma forte contraofensiva conservadora no sentido do regresso da direita mais retrógrada ao poder. Começou com os golpes no Paraguai e nas Honduras, alastrou à Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Equador, ainda que com *nuances* nos resultados alcançados, e desaguou na grande nação brasileira.

Impedimento não é o fim. A ofensiva começou por se acobertar no combate à corrupção – que existe em grande escala no Brasil, como em tantos outros países, Portugal incluído – e acaba com a suprema ironia de desalojar uma mulher que não é acusada da mais ínfima ação de corrupção para a substituir, ainda que temporariamente, por um bando de corruptos, encabeçado por Michel Temer, esse sim, fortemente implicado no já célebre processo *Lava Jato*!

Não há já dúvida de que esta ofensiva parte da articulação entre os monopólios privados dos meios de comunicação, com a Rede Globo à cabeça, segmentos do poder judiciário e um Parlamento fortemente comprometido com grandes empresas e interesses financeiros.

Como nem tudo pode ser silenciado pelos subservientes meios de comunicação que tentam justificar o golpe, lá como cá, assistimos às tristíssimas cenas vividas no Parlamento brasileiro aquando da aprovação do *impedimento* de Dilma, com discursos de apologia da violência, sexistas, homofóbicos, de elogios à tortura e ao racismo, de uma intolerância absurda misturada com a euforia histórica dos que se sentiam vitoriosos.

Esses, contudo, estarão mais eufóricos do que lúcidos. Não entendem que a luta pela democracia, pelos direitos humanos, pela justiça social e pela igualdade no Brasil não terminou. Antes será retomada com a força e o vigor dos que sabem resistir, dos que sabem que os movimentos sociais – e o movimento sindical é um deles – estão mais fortes e organizados depois dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff e que contam com o apoio fraterno e solidário dos progressistas de todo o mundo. A Fenprof, com os professores que representa, certamente saberá estar na primeira linha deste combate.

Nas últimas semanas, o país tem falado e ouvido falar sobre os denominados 'contratos de associação' celebrados entre o Estado e algumas instituições de ensino particular. Muito tem sido dito e escrito acerca desta questão, motivo de novas e velhas divergências políticas. Enquanto espetador tenho assistido a uma troca de posições, mais ou menos fundamentadas, que se afastam daquele que entendo ser o cerne da questão. Ao mesmo tempo, pensando na problemática jurídica, acabo por concluir estarmos perante uma (mais uma) falsa questão, provavelmente suscitada por motivações várias e que nada têm a ver com razões ideológicas e ainda menos com a defesa da educação.

Vejamos de um modo muito breve o enquadramento legal que sustenta a existência destes contratos.

A Constituição da República trata do ensino público, particular e cooperativo no artigo 75º, estabelecendo: “1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população. 2. O Estado reconhece e fiscaliza o ensino particular e cooperativo, nos termos da lei.”

Por sua vez, a Lei de Bases do Sistema Educativo consagra, no artigo 2º, nº 3 que “a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; b) O ensino público não será confessional; c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.” E no artigo 40º: “1. Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.” Já o artigo 61º, nº 2 refere que “1. O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efetivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.”

O Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo refere-se aos Contratos de Associação – Modalidades de Apoio, no artigo 17º, nº 2: “O Estado assegura a manutenção do contrato até à conclusão do ciclo de ensino pelas turmas ou alunos por ele abrangidos.”

O Memorando de Entendimento assinado com a tróica (2011) determinava, no âmbito da redução da despesa: “1.8. Reduzir os custos na área da educação (...) racionalizando a rede escolar através da criação de agrupamentos de escolas (...) e racionalizando as transferências para escolas particulares com acordos de associação.”

O relatório do Tribunal de Contas (2012) refere explicitamente, como recomendação ao Governo: “Ponderar a necessidade de manutenção dos contratos de associação no âmbito da reorganização da rede escolar.”

Por último, a Resolução da Assembleia da República nº 26/2016, aprovada em 22 de janeiro, recomenda ao Governo que “sem prejuízo dos compromissos contratuais assumidos pelo Estado e da necessária preservação da estabilidade das escolas, restrinja a existência de contratos de associação em zonas em que exista oferta e capacidade instalada não utilizada nas escolas públicas, procedendo às alterações legislativas necessárias neste âmbito.”

Argumentação oca. Da leitura dos preceitos legais resulta evidente a natureza e a razão da existência destes contratos. Mas importa, igualmente, ponderar a questão numa outra perspetiva, a do mérito, das críticas e análises extremadas que temos ouvido e que carecem, também de sustentação. Desde logo, importa salientar que não estamos perante uma matéria que possa merecer o epíteto de defesa das instituições de ensino particular e cooperativo. Na verdade, das 2.773 escolas de EPC existentes, apenas 79 (3%) têm contratos de associação, num total de mais de 9.000 estabelecimentos (públicos e privados) que constituem a rede do nosso sistema educativo.

Para os defensores exacerbados das virtualidades do individualismo, da liberdade de escolha e da desregulação do mercado, estes contratos de associação só podem constituir uma distorção na livre concorrência e uma interferência inaceitável do Estado na organização e no funcionamento da iniciativa privada. De facto, se estes contratos constituíssem em si mesmos uma liberdade de escolha para as famílias, teriam de abranger não apenas 3%, mas a totalidade das escolas de EPC. Não se compreende (como também não surpreende) que aqueles que proclamam a defesa de um Estado pouco intervencionista sejam os mesmos que defendem a manutenção destes contratos nos termos vigentes.

Como parece evidente, os contratos de associação são uma forma restrita de contratação de serviços públicos de educação, celebrados para áreas geográficas onde as escolas públicas ainda não conseguem garantir o direito à universalidade de acesso à educação básica obrigatória. É por isso que apenas podem concorrer as escolas privadas que cobrem a área geográfica delimitada para a qual os concursos são abertos.

Entre 2005 e 2014, a rede pública, que resulta de uma obrigação constitucional e legal, foi racionalizada em nome da poupança do dinheiro dos contribuintes e dos recursos do Estado, tendo sido encerradas 47% das escolas (12.312 para as atuais 6.575), com consequências no desemprego de milhares de professores e funcionários. No entanto, no mesmo período, a rede privada aumentou 9,7%, tendo sido criados 239 novos estabelecimentos, não parecendo ser, também por isto, uma rede em crise.

OS CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO

Crise demográfica. Para quem defende que as alterações introduzidas pelo Governo a estes contratos representam o fim desses 79 estabelecimentos de ensino, importa salientar que algumas destas instituições têm mais de 50 anos de meritório trabalho dedicado à educação das comunidades onde se inserem. Já existiam muitos anos antes do aparecimento dos contratos de associação e existirão muito para além destes, qualquer que seja o resultado do processo em curso.

Não acreditar na capacidade instalada destas escolas privadas, na competência dos seus proprietários, gestores, professores e funcionários, e no querer e na vontade das respetivas comunidades locais para continuarem a enriquecer este já longo percurso histórico, é um exercício que me recuso a fazer, porque reduziria todo este património à dependência do “cheque” parcelar do Estado, que como sabemos não será eterno.

Aquilo que esta discussão tem escondido, afastado e ignorado, é que o verdadeiro problema que estruturalmente afeta as escolas públicas e privadas, e que as nuvens de fumo ideológico ou os interesses instalados não deixam vir à discussão, prende-se com a profunda crise de natalidade que afeta a sociedade portuguesa há várias gerações, com consequências inevitáveis na falta de crianças e jovens para escolarizar e no desequilíbrio demográfico de que a sociedade padece.

Como habitualmente, preferimos a polémica mais ou menos imediatista e acessória sobre a duplicação da rede escolar, desviando a nossa atenção das questões nucleares da educação, entre as quais coloco a defesa do direito de todos os alunos à igualdade de oportunidades e a uma educação bem-sucedida.

Que interesse público? Outro argumento que ouvi com particular atenção foi a invocação do interesse público como argumento de defesa da manutenção dos atuais contratos.

Ora, a Lei consagra a prossecução do interesse público (que acomete à Administração com caráter obrigatório), mas não o define. Trata-se de um conceito que não é unívoco. Pode ser apresentado numa perspetiva mais histórico-filosófica, recuperando autores como São Tomás de Aquino ou Aristóteles, que caracterizavam o interesse público como algo que ia variando em função da compreensão cultural da comunidade onde se integrava, não tendo, portanto, um conteúdo fixo. Dizia-se que o interesse público era “o interesse geral de uma determinada comunidade, o bem-comum” – que

corresponderia “àquilo que fosse necessário para que os homens não apenas vivam, mas vivam bem”.

Se procurarmos definições doutrinárias nacionais, encontramos autores como Freitas do Amaral, que tornou o conceito mais denso. Entende que o interesse público é, numa primeira aceção, definido, via de regra, pela lei (aqui em sentido amplo). Numa segunda aceção, o interesse público tem conteúdo variável, o que hoje é fim de interesse público, amanhã pode já não o ser; é sempre de prossecução obrigatória pela Administração, isto é, uma vez determinado em concreto, com o contributo interpretativo da Administração Pública, o interesse público tem de ser prosseguido.

Outra perspetiva que ajuda a compreender o enquadramento geral desta questão passa por conhecer a concretização, pelos tribunais, deste conceito em relação a instituições particulares de ensino privado. A título de exemplo, veja-se o sumário de um recente Acórdão do Tribunal da Relação do Porto. A propósito das funções de um docente numa instituição de ensino privado, e sua relevância para efeitos de aposentação pela Caixa Geral de Aposentações, a Relação começa a sua fundamentação por determinar que “a actividade desenvolvida pelas escolas privadas e cooperativas situa-se no âmbito do direito privado: o ensino nessas escolas não se traduz no exercício de uma actividade pública delegada, mas antes numa actividade privada concorrente com o ensino público, actuando tais escolas no sector privado e no exercício de actividades privadas, ainda que de interesse público.”

Concluindo: por todas estas razões, creio que no atual quadro constitucional e legal que enforma o nosso sistema educativo, o Estado, como entidade de bem obrigada à prossecução do interesse público e ao cumprimento da lei, não pode manter o financiamento da atividade concorrencial de iniciativa privada, sob pena de desperdício de recursos, argumento tão caro aos atores que agora surgem no lado oposto desta controvérsia.

José Miguel Pinho
advogado SPN



DÚBIA E QUASE SEMPRE MARGINAL, A CONDIÇÃO DE DESERTOR

“Sabia que seriam anos longe da família e dos amigos, mas não podia ir combater contra pessoas que nem conhecia e que estavam apenas a querer ser donos da sua terra.” / “Já passou mais de um mês desde a minha saída de Portugal e a situação mantém-se precária: a autorização de permanência no território francês aproxima-se do fim.” Dois excertos de «Exílios», edição recente que reúne testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974): “Uns, vindos do interior, sulcando mares que nunca viram; outros, passando pelos caminhos já trilhados do contrabando. Todos partem para o desconhecido”, numa condição dúbia, esquiva e quase sempre marginal. O projeto editorial resultou de conversas entre amigos e antigos camaradas, que pensaram ser importante dar a conhecer as vivências dos seus exílios: as dificuldades, os momentos dolorosos e felizes, a festa, a revolta, a saudade, os apertos no coração... São, portanto, 22 testemunhos que falam de exílio, de clandestinidade, de histórias de vida duplas e triplas. Homens e mulheres que se exilaram em coerência com a opção de recusa da guerra colonial e de denúncia do governo português – uma geração antimilitarista, nem sempre compreendida pelos militares de Abril, para quem a deserção era assunto tabu.

[EXÍLIOS, vários autores - AEP61-74, Associação de Exilados Políticos Portugueses]



CONTRA O DESEMPREGO, AS DESIGUALDADES E A INSTABILIDADE

«A economia como desporto de combate» é uma seleção de textos de Ricardo Pais Mamede publicados no blogue *Ladrões de Bicicletas*, entre abril de 2007 e dezembro de 2015, período que abrange a emergência da crise do *subprime* nos Estados Unidos (2008). “A ‘Grande Recessão’ e as suas sequelas revelaram que a Economia, a suposta rainha das ciências sociais, se passeava despida pelo reino das ideias, incapaz de prever os eventos dramáticos que tiveram lugar e de impedir os enormes custos económicos e sociais que originaram.” De facto, aquilo que inicialmente parecia ser um problema circunscrito a um segmento do mercado americano de crédito à habitação, cedo se transfigurou numa recessão mundial de grandes proporções. Seguiu-se a crise de financiamento dos Estados nas periferias da União Europeia, com impactos sociais profundos e duradouros em Portugal. À medida que os eventos se sucediam, teve lugar um debate alargado e fundamental sobre as suas causas e consequências, e sobre como lhes reagir. Os textos reunidos neste volume dão conta desse período em que a Economia se transformou num “desporto de combate” contra a suposta inevitabilidade do desemprego, das desigualdades sociais e da instabilidade permanente.

[A ECONOMIA COMO DESPORTO DE COMBATE, Ricardo Pais Mamede - Relógio d'Água]



SANJOANICES, PAGANICES E OUTRAS COISAS DE MULHERES

O mais recente trabalho do coletivo Segue-me à Capela está dividido em sete capítulos (ou “artes fugidias de”): “evocar o divino e o terreno”, “espantar a fadiga”, “animar o corpo”, “alimentar o coração”, “encantar meninos”, “encomendar a alma” e “ser mulher”. *San’joanices, paganices e outras coisas de mulher* é o título do cd-livro. “Sete capítulos, porque sete são os dias da semana, os ciclos lunares, os pecados mortais, as notas musicais” – e, já agora, sete são as mulheres que compõem o Segue-me à Capela. “Artes fugidias, porque da arte de cantar se trata e porque nunca foram/serão imutáveis”. E é assim que as Segue-me à Capela evocam o São João “das folias e dos amores, do solstício de verão, dono da noite em que o ar tem mil sacrilégios e da água onde repousam os deuses das ervas, numa junção perfeita entre vestes cristãs e rituais pagãos”. Tendo editado o primeiro CD em 2004, o Segue-me à Capela trabalha a música tradicional portuguesa numa perspetiva contemporânea, usando a voz como principal instrumento. Cantam *a capella* porque “gostam de ouvir as vozes, os silêncios e a harmonia que as cantigas guardam”.

[SAN’JOANICES, PAGANICES E OUTRAS COISAS DE MULHER, Segue-me à Capela – Tradisom]



POR UMA ESCOLA DE TODAS AS CORES

- > financiamento adequado da Escola Pública
- > contratos de associação apenas quando a resposta pública é insuficiente

ASSIM É QUE É!

**18.JUNHO, 14H30
PARQUE EDUARDO VII**

Porque as escolas não são todas amarelas, diversas personalidades e organizações juntaram-se num movimento em defesa da Escola Pública e estão a promover uma concentração-marcha, em Lisboa.

*O SPN associa-se a esta iniciativa e apela à participação dos professores do Norte
[+ informação em www.spn.pt]*

DESIGN ARV.



nesta edição

- a abrir
02. **Defesa da Escola Pública: petição ultrapassou 30.000 assinaturas**
- editorial
03. **De todos e para todos**
- ação sindical
04. **Organização do ano letivo e mobilidade por doença**
06. **Urge rever o regime de autonomia e gestão das escolas**
- em foco
08. **Sobre Escola a Tempo Inteiro em todo o Ensino Básico**
- congresso fenprof *Sócios aprovaram Plano de Atividades do SPN para 2016*
10. **SPN foi anfitrião do congresso da Fenprof**
11. **A voz dos delegados do SPN**
Intervenções de Maria José Costa, António Baldaia, Mafalda Cardoso, João Paulo Silva, Ana Paula Canotilho, Maria João Serpa, Rafael Tormenta, Carlos Midões, Antero Resende, Anabela Sousa, Fernando Carvalho, Elsa Pinto, Teresa Maia Mendes, Francisco Gonçalves e Júlia Vale
- internacional
24. **Um sindicalismo progressista ao serviço de uma Educação para todos**
26. **Brasil em luta**
- contencioso
28. **Os contratos de associação**
- apostas spn
30. **Dúbia e quase sempre marginal, a condição de Desertor**
Contra o desemprego, as desigualdades e a instabilidade
Sanjoanices, paganices e outras coisas de mulheres
- a fechar
31. **Assim é que é!**



**18 DE JUNHO - LISBOA, PARQUE
EDUARDO VII
AFIRMAR A ESCOLA PÚBLICA
A ESCOLA DE TODAS AS CORES**

spn
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXI - II série - nº 70
Junho 2016
spninfo@spn.pt